



## **A COBERTURA DA IMPRENSA NAS GUERRAS DA EX-IUGOSLÁVIA**

Doi: 10.4025/8cih.pphuem.4087

Leonardo Pires da Silva Belançon, UEM  
João Fábio Bertonha, UEM

### **Resumo**

A partir de 1991, tem início a desintegração da República Socialista Federativa da Iugoslávia, no sudeste da Europa. As crises políticas e econômicas levaram os grupos que formavam a federação a reclamarem suas independências e, com exceção da Macedônia, todas as declarações resultaram em conflitos, sendo a Guerra da Bósnia o mais emblemático. A situação na federação balcânica tomou proporções que levaram a comunidade internacional a intervir gradativamente nos conflitos estabelecidos, o que também chamou a atenção da imprensa e dos meios de comunicação internacionais que eventualmente deslocaram equipes para cobrirem os acontecimentos e o desenrolar dos conflitos. Desta forma, o mundo pode acompanhar a desintegração da Iugoslávia socialista enquanto o bloco se diluía. Campos de trabalho forçado, de estupro e assassinatos em massa de grupos específicos, fizeram com que os conflitos iugoslavos fossem considerados os mais violentos na Europa desde o fim da Segunda Guerra Mundial. Neste trabalho, buscamos fazer apontamentos sobre a presença e atuação da imprensa na cobertura das guerras na Eslovênia, Croácia, Bósnia-Herzegovina e no Kosovo, e analisar a narrativa jornalística produzida tanto pela imprensa sérvia, quanto pela imprensa ocidental, sobre esses acontecimentos que sucederam outros momentos tão marcantes e emblemáticos no final do século XX, como a queda do Muro de Berlim e o fim da União Soviética.

### **Palavras Chave:**

Imprensa; Iugoslávia;  
Guerra.

A República Socialista Federativa da Iugoslávia foi um Estado soberano estabelecido no imediato pós-Segunda Guerra Mundial, no sudeste da Europa, e que existiu até 1991. Surgido pela união da Eslovênia, Croácia, Bósnia-Herzegovina, Sérvia, Montenegro e Macedônia, a federação socialista se manteve supostamente coesa por décadas, sobretudo sob o comando do Marechal croata Josip Broz Tito, que liderou a resistência comunista à ocupação nazista na década de 1940. A morte de Tito, no início da década de 1980, contribuiu largamente para a desestabilização da federação já fragilizada pelas crises econômicas observadas na segunda metade da década anterior.

Com uma economia mista e sendo uma república socialista menos “fechada” que suas vizinhas integrantes da “cortina de ferro”, a Iugoslávia atuou como ponte entre os blocos capitalista e socialista (AGUILAR, 2003), contudo, no cenário de crise, a Iugoslávia também sentiu seus efeitos e acabou perdendo acesso a recursos financeiros disponíveis no mercado internacional e aumentando o número de desempregados. Com o aumento também da dívida externa, o governo iugoslavo se viu obrigado a cortar subsídios e foi submetido à imposição de cronogramas de pagamentos e políticas de austeridade por parte da comunidade internacional. Complementando o cenário político-econômico iugoslavo que caminhava para o caos, a União Soviética experimentava as reformas empregadas por Mikhail Gorbachêv – a Glasnost e a Perestroika – que aos poucos foram “abrindo” a URSS para o acesso ocidental, o que gradativamente diminuiu a importância da Iugoslávia no cenário internacional, uma vez que a partir das reformas de Gorbachêv, o bloco capitalista precisou cada vez menos de mediadores para se relacionar com as repúblicas soviéticas.

Sérgio Aguilar (2003) aponta três fatores que foram decisivos para o fim da

coesão que se imaginava existir na federação da Iugoslávia: “a crise econômica que acentuava as diferenças entre as províncias mais ricas e as mais pobres; a falta de um líder que, apesar dos problemas, conseguisse manter a federação; e a falta de uma ideologia que mantivesse a união.” (p.73). Na segunda metade dos anos 1980, outros assuntos ganharam espaço no efervescente debate político e encontravam eco entre as populações iugoslavas. Etnias, religiões, economias e culturas passaram a fazer parte dos discursos políticos e no bojo dessa agitação a figura de Slobodan Milošević conquistou a confiança da população sérvia e chegou à presidência, em 1989. Sua principal bandeira era o estabelecimento da “Grande Sérvia” e defendia este ideal com seus discursos nacionalistas que a priori não apresentavam teor racista e agressivo, contudo, a posteriori, passaram a incitar a população sérvia a reclamar seu direito de autodeterminação, independente do custo e da região onde estivessem - como no caso daqueles que viviam na região croata da Krajina, na fronteira com a Bósnia-Herzegovina.

### **A dissolução da Iugoslávia Socialista**

Alves (2013) e Aguilar (2003) afirmam que quem deu início ao desmonte da Iugoslávia foi a Eslovênia. Após seus líderes e demais políticos demonstrarem a nível federal seu desejo de independência e encontrarem oposição dos demais iugoslavos, a Eslovênia se organizou para buscar apoio popular e assim realizou um referendo, em 1991, em que 88,5% da população votou pela independência (ALVES, 2013). Na tentativa de impedir que isso acontecesse, a Sérvia entrou em guerra com a Eslovênia, mas, devido à pouca presença de sérvios naquela república, o conflito durou apenas dez dias e teve um saldo de 45 mortes, sendo a maioria por parte do exército iugoslavo.

O modelo de processo utilizado

pela Eslovênia foi seguido nas demais repúblicas que passaram a também reclamar suas independências. Em fevereiro de 1990, a Croácia realizou a eleição presidencial que levou o nacionalista Franjo Tudjman ao poder. A Igreja Católica apoiou a União Democrática Croata, partido do presidente eleito, e a diáspora croata nos Estados Unidos e no Canadá, também ajudou a financiar a campanha. Como a presença de sérvios era mais significativa nesta república, a resistência também foi maior. Os sérvios da região da Krajina proclamaram-na região autônoma através de plebiscito e a região passou a ser protegida por uma milícia que expulsou a polícia croata da região. Warren Zimmermann, embaixador dos Estados Unidos, observou que a hostilidade croata aos sérvios era sistemática e com conivência das autoridades omissas, desta forma o embaixador recomendou que Washington não atendesse ao pedido de assistência técnica da polícia de Zagreb, capital da Croácia, para não aumentar o poder de repressão croata (ALVES, 2013).

Em maio de 1991, a Croácia organizou um referendo e 92% dos votos foram a favor da separação total da federação. A Comunidade Econômica Europeia (CEE) – embrião do que se tornaria a União Europeia em 1992 - tentou intervir e pediu para que a Croácia e a Eslovênia adiassem em três meses suas independências, alegando que o próximo presidente da Iugoslávia seria um croata, segundo o sistema de rodízio de etnias no poder da federação, mas, o pedido não foi atendido e a Croácia proclamou sua independência junto com a Eslovênia em junho de 1991. A agitação dos servo-croatas aumentava e a Guarda Nacional Croata não conseguiria conter a situação devido às suas deficiências de treinamento e equipamento. O Exército iugoslavo, sob comando sérvio, já tinha sido orientado a invadir as regiões sérvias da Croácia e em resposta, o presidente Tudjman mobilizou o país para a “Guerra de Libertação”. O conflito durou seis meses e teve quatorze

pedidos de cessar-fogo por parte da comunidade internacional, o último sendo efetivamente assinado em 3 de janeiro de 1992.

Os macedônios não eram separatistas, mas, o nacionalismo da Eslovênia e da Croácia fez com que, em 1990, o presidente macedônio Kiro Gligorov também ameaçasse deixar a federação, o que de fato ocorreu no ano seguinte. Contudo, naquele contexto foi a única república a declarar sua independência sem resistência e sem violência como pano de fundo.

O mais longo e violento conflito travado pela Sérvia foi com a Bósnia-Herzegovina, e contou com o apoio da Croácia por um determinado período. Quando a guerra com a Croácia acabou, os dois países, liderados por Franjo Tudjman e Slobodan Milošević, passaram a planejar a divisão do território bósnio entre si, uma vez que sérvios e croatas compunham, juntos, pouco menos de dois terços da população. Iniciando então, em 1992, a Guerra da Bósnia. Jacques Sémelin (2009) analisa como o nacionalismo extremo observado nos Bálcãs foi sendo construído e disseminado, e a maneira como os bósnios, especialmente os muçulmanos, foram sendo classificados como inimigos dos sérvios e dos croatas por meio de uma propaganda xenofóbica. A ideologia contida em discursos que intencionalmente bestializavam o grupo que se pretendia dominar – os bósnios – pode ser compreendida como um elemento que impulsionou o massacre. A concepção de identidade dá-se pela percepção da diferença, por isso, embora sejam povos eslavos, os croatas, sérvios e bósnios ainda hoje se considerem grupos distintos. Entretanto, Visentini (2002) observa que as diferenças entre os povos iugoslavos eram (e ainda são) menores do que se apregoava.

Em 6 de Abril de 1992, a Comunidade Europeia reconheceu a independência da Bósnia. No mesmo dia, os sérvios instalados nas montanhas ao

redor da capital da Bósnia-Herzegovina, comandados por Radovan Karadžić, atacaram a cidade. Embora já ocorressem outros episódios violentos pelo país, um dos mais marcantes foi o cerco a Sarajevo que durou de 6 de abril de 1992 a 29 de fevereiro de 1996, e teve como saldo 14 mil mortes, entre elas, estima-se que 1.500 eram crianças. Ao mesmo tempo, em todo o país, era realizada uma “limpeza étnica”, ou seja, a eliminação dos não-sérvios. Em julho de 1995, as milícias nacionalistas sérvias, comandadas pelo general Ratko Mladić, invadiram Srebrenica – cidade situada no leste da Bósnia, com a maioria da população composta por muçulmanos – promovendo o mais sangrento massacre da Guerra da Bósnia, e considerado por muitos observadores como o mais violento na Europa desde o fim da Segunda Guerra. Cerca de oito mil homens e meninos muçulmanos foram assassinados naquele episódio.

A violência que se observava foi tão intensa que a comunidade internacional e os organismos internacionais, como a ONU e a OTAN, passaram a intervir de forma mais incisiva e ostensiva. Embora estivessem presentes desde o início dos enfrentamentos, até o Massacre de Srebrenica, a atuação das forças de paz presentes na Croácia e na Bósnia-Herzegovina era apenas humanitária, fornecendo alimentos e atendimento médico à população atingida, somente a partir de Julho de 1995 é que a atuação daqueles soldados assumiu um tom pacificador (KIRKPATRICK, 2007) fazendo com que a comunidade internacional pressionasse os líderes da Croácia, Bósnia-Herzegovina e Sérvia a negociar a paz, chegando ao Acordo de Dayton que efetivamente estabeleceu o cessar-fogo entre os beligerantes (CHIODI; ROSSINI, 2011).

## **O caso do Kosovo**

O Kosovo situa-se a sudoeste da Sérvia e assim como Vojvodina – província ao norte do território sérvio -, possuía o status de província autônoma durante o período em que Tito esteve no comando da federação. Assim permaneceu até o final da década de 1980. Sua população é composta por maioria albanesa, o que para Milošević era motivo para desejar a depuração daquele território. Em 1987 e em 1988, o então líder do Partido Comunista Sérvio, hostilizou a população kosovar de origem albanesa. No primeiro momento, durante uma manifestação que acontecia na região, dirigiu-se aos sérvios dizendo que jamais alguém iria maltratá-los, em alusão aos kosovares (AGUILAR, 2003), no ano seguinte, prometeu que faria a Sérvia unificada novamente, por meio da retirada da autonomia do Kosovo e de Vojvodina, e do controle dos votos das duas províncias (KIRKPATRICK, 2007), o que segundo Bernard Feron (1999) aconteceu em 1989, quando Milošević chega à presidência do país.

Durante todo o período dos conflitos de desintegração, a população albanesa do Kosovo também sofreu repressão e teve diversos direitos suspensos pelos sérvios. Além de sua autonomia enquanto província retirou também “o direito dos descendentes de albaneses de frequentarem as escolas, suprimiu empregos públicos e os converteu em cidadãos de segunda classe.” (FERON, 1999, p.163).

A reação kosovar à repressão sérvia teve início por volta de 1996, com o surgimento do ELK (sigla para Exército de Libertação do Kosovo, em albanês), grupo paramilitar, considerado terrorista por alguns autores, que atuava de forma violenta contra o exército iugoslavo<sup>1</sup> e que provocou uma reação ainda mais violenta

---

<sup>1</sup> A Iugoslávia nesse momento era composta apenas por Sérvia e Montenegro. A federação só deixou de usar o nome em 2003.

por parte da Iugoslávia que empenhou contra a população kosovar o mesmo modelo de limpeza étnica que havia empenhado contra os bósnios poucos anos antes. A comunidade internacional, novamente por intermédio da ONU e da OTAN, interveio no conflito e, em 1999, após Milošević ignorar os pedidos de pacificação do conflito por considerar a questão do Kosovo puramente um assunto interno, os países aliados da OTAN bombardeiam a Sérvia, incluindo a capital Belgrado, forçando Milošević a recuar. Como resultado, foi estabelecida no Kosovo uma permanente missão de paz com presença de soldados da ONU por meio da Força do Kosovo (KFOR), e também uma administração civil interina, a Missão de Administração Interina das Nações Unidas no Kosovo (UNMIK).

### A atuação da imprensa

José Augusto Lindgren Alves (2013) acredita que até a intensificação da Guerra da Bósnia, a imprensa internacional não havia se interessado pelo conflito iugoslavo porque não era relevante o suficiente. Naquele mesmo período a queda do Muro de Berlim, em 1989, e o fim da União Soviética, em 1991, foram o alvo preferido dos holofotes midiáticos. O evento que fez com que os meios de comunicação internacionais voltassem suas atenções para os Bálcãs, analisa o diplomata, foi a execução pública do ditador romeno Nicolae Ceaușescu e sua esposa, Elena, no natal de 1989. Outro fator que segundo Alves teria influenciado para que a mídia internacional demorasse algum tempo para se interessar pelo conflito foi sua lenta agonia. Somente quando seu desmembramento se tornou violento e repleto de “eventos tenebrosos” é que a Iugoslávia entrou para as pautas da imprensa.

Branislav Radeljic (2013) analisa que a participação das mídias iugoslavas tenha papel fundamental na construção da narrativa que influenciou a percepção da população a respeito da desintegração da

federação. Controlados pela Sérvia de Milošević, os meios de comunicação iugoslavos abrandavam os eventos violentos e, conforme indica Radeljic, para os sérvios que estavam distantes dos campos de batalha, a desintegração ocorria de forma turbulenta, mas, não tão violenta como de fato ocorreu. Tal noção de violência só seria compreendida pela população sérvia, ao longo da intensificação do conflito e de seus eventos violentos.

Feron (1999) aponta que a mídia sérvia foi ferramenta importante para a difusão do nacionalismo sérvio, defendido pelo governo de Milošević, tanto durante as guerras com a Croácia e a Bósnia, quanto na guerra contra o Kosovo. As propagandas de cunho nacionalista, transmitidas pelo rádio e pela TV, recordavam momentos gloriosos do passado da Grande Sérvia e também das dificuldades enfrentadas pela sua população, como o “massacre” perpetrado pelos croatas contra a Sérvia, durante a Segunda Guerra. Vale lembrar que esses croatas apontados nas propagandas eram na verdade os *ustashe*, grupo que liderou o Estado fantoche criado pelos nazistas, durante a invasão de Hitler à Croácia.

A televisão sérvia também mostrava situações como o episódio ocorrido durante os conflitos no Kosovo, em que três soldados americanos, capturados em uma estrada vicinal na fronteira da Macedônia com a Iugoslávia, são exibidos na TV estatal com claros sinais de espancamento, como “verdadeiros troféus de guerra” (p.167). O autor afirma também que os correspondentes internacionais presentes no Kosovo durante o conflito na região, foram submetidos à censura e muitos acabaram expulsos do território. Sabendo da importância da televisão como meio de comunicação e propaganda nacionalista, as forças internacionais bombardearam o prédio em que funcionava o canal estatal, em 1999.

A antropóloga Andreia Schwartz Peres (2005), analisa como os meios de comunicação ocidentais, sobretudo os brasileiros, que se dignaram a versar sobre os conflitos iugoslavos, acabavam por construir uma narrativa estereotipada, culturalista e essencializadora que moldava a imagem da Iugoslávia. Segundo a autora, diversas vezes os jornais brasileiros sugeriam – ou afirmavam – que a multietnicidade iugoslava era carregada de diferenças “irreconciliáveis” e que a convivência entre aqueles povos se tornava, assim, inviável. Desde a década de 1980, quando se noticiava os problemas da crise econômica que assolava a Iugoslávia e que foi, como apontado anteriormente, um dos fatores que possibilitou o estabelecimento de uma atmosfera de insegurança, desconfiança e viabilizadora da ascensão de preocupações de tom nacionalistas, já se indagava na imprensa brasileira como seria possível que um país multiétnico resistisse a problemas como os que se observavam na Iugoslávia pós-Tito.

Peres (2005) observa ainda a caracterização que se fazia sobre as repúblicas iugoslavas quanto à sua cultura, na dicotomia Ocidente-Oriente, ao afirmar que as narrativas brasileiras, quando se referiam à Eslovênia e/ou à Croácia, chamavam-nas de repúblicas “mais ocidentalizadas”, ligando-as culturalmente ao Ocidente, ou seja, “à democracia, à liberdade, ao desenvolvimento, à civilização, em contraposição às demais repúblicas e províncias iugoslavas, tradicionalistas, comunistas, orientais (islâmicas, ortodoxas) e mais atrasadas” (p.80). Os personagens também são determinados pela narrativa jornalística e o termo “bósnio” passa a ser utilizado para se referir a todo bósnio de origem muçulmana, ainda que existissem bósnios de outras denominações religiosas. O termo contrapunha bósnios – independente de religião - aos croatas e aos sérvios, e a utilização do termo tem também um peso sociocultural, uma vez

que a intenção da Sérvia e da Croácia era dizimar e enfraquecer a população bósnia para a dominação e divisão do território da Bósnia-Herzegovina.

Permanecendo no diálogo com Peres (2005), a autora aponta que a imprensa brasileira produziu um sem número de artigos e reportagens sobre a Guerra da Bósnia (1992-1995), mas, em sua maioria as publicações versavam sobre acontecimentos factuais como localização dos conflitos, questões diplomáticas, cotidiano em Sarajevo (capital da Bósnia-Herzegovina) e números de mortos e feridos a cada dia de conflito. Não se discutia as causas do conflito e isso só veio a lume rapidamente no final da guerra, por volta de 1995. Por outro lado, alguns eventos foram motivos de comoção internacional, conforme cita Andreia Schwartz Peres:

“dois bombardeios ao mercado de Sarajevo, campos de detenção sérvios na Bósnia, os estupros em massa, o massacre em Srebrenica e ainda os arranjos internacionais diplomáticos, tais como a intervenção ou não da OTAN no conflito, as tentativas da ONU de amenizar a guerra e a contraposição (sic) da Rússia”. (2005, p.105).

Ao apontar os momentos finais do conflito, Peres (2005) novamente aponta o posicionamento da imprensa que busca sublinhar as identidades étnicas envolvidas nos conflitos iugoslavos. Quando a imprensa brasileira noticia o acordo de Dayton, que coloca fim à Guerra da Bósnia, a narrativa se constrói não apenas apontando o episódio e seus personagens, mas, também, identificando os líderes dos países beligerantes, Slobodan Milošević como sérvio, Franjo Tuđman como croata e Aljia Izetbegović – presidente bósnio – como muçulmano bósnio, legitimando sua representatividade. Na ocasião a questão do Kosovo foi deixada de lado pelos negociadores internacionais, porque a prioridade era o fim da guerra na Bósnia e

incluir as pautas kosovares seria polêmico e poderia dificultar a adesão de Milošević. O Kosovo só vai receber atenção da imprensa após os bombardeios da OTAN, em 1999. Até aquele momento poucos artigos tratavam dos conflitos na região e majoritariamente apontavam como “conflito entre a polícia sérvia e separatistas albaneses” (PERES, 2005, p.141). A presença da ONU na região para o estabelecimento da paz e proteção da população kosovar de origem albanesa também foi amplamente noticiada e embora o Kosovo tenha declarado sua independência, tal reconhecimento por parte da comunidade internacional não ocorreu de forma massiva, afinal, a Sérvia ainda não o reconhece como um país independente e tem o apoio da Rússia que historicamente tem sido sua aliada.

As guerras da Iugoslávia foram responsáveis por um enorme contingente de refugiados, comparável ao que o Nazismo e a Segunda Guerra Mundial produziram na Europa. Bernard Feron (1999, p.171) cita o diretor do Comitê para Refugiados dos EUA, John Fredricksson, que afirma que “os refugiados nunca voltam para casa”.

## Referências

- AGUILAR, Sérgio Luiz Cruz. **A guerra da Iugoslávia: uma década de crise nos Balcãs**. São Paulo: Usina do Livro, 2003.
- ALVES, José Augusto Landgren. **Os novos Balcãs**. Brasília: FUNAG, 2013.
- CHIODI, L.; ROSSINI, A. La guerra ai civili nella guerra di Bosnia-Erzegovina (1992-1995). **Deportate, Esuli e Profughe**. Venezia, n.15, p. 240-245, 2011.
- FERON, Bernard. **Iugoslávia: a guerra do final do milênio**. Tradução: Moacyr Gomes Junior. Porto Alegre: L&PM, 1999.
- KIRKPATRICK, Jeane J. **Making War to Keep Peace**. New York: Harper Collins, 2007.
- PERES, Andreia C. Schvartz. **Enviado especial a... uma análise antropológica da cobertura da imprensa brasileira das guerras na ex-Iugoslávia (anos 90)**. Campinas, 2005. 289 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social). Unicamp, 2005.
- RADELJIC, Branislav. **Europe and the Collapse of Yugoslavia: The Role of Non-State Actors and European Diplomacy** – New York: I. B. Tauris, 2012.
- SÉMELIN, Jacques. **Purificar e destruir: o uso político dos massacres e dos genocídios**. Tradução: José Bastos. Rio de Janeiro: Difel, 2009.
- VIZENTINI, Paulo Fagundes. **Dez anos que abalaram o século XX: da crise do socialismo à guerra ao terrorismo – política internacional de 1989 a 2002**. 2ed. Porto Alegre: Leitura XXI, 2002.